

# Análise do grau de conformidade legal dos dados de execução orçamentária nos portais de transparência municipais<sup>1</sup>

*Legal compliance analysis of budget execution data in municipal transparency portals*

*Análisis del nivel de cumplimiento legal de los datos de ejecución presupuestaria en portales de transparencia municipales*

*Ana Paula Souza Leal, Bruno de Sousa Almeida, Jéssica da Paixão Melo, Leonardo Sato de Souza, Mateus Santos Saldanha, Paula Scaravatti e Vanessa Alves do Nascimento*

<https://doi.org/10.36428/revistadacgu.v14i27.574>

**Resumo:** O objetivo do artigo é analisar as plataformas de transparência das capitais brasileiras municipais no âmbito Executivo com o intuito de verificar o grau de conformidade legal dos dados orçamentários desses portais, verificando se os dados obrigatórios e recomendados dispostos em legislação estão disponíveis. Para a análise, elaborou-se template de conformidade, verificando dados técnicos do site, itens de detalhamento de despesas e receitas, procedimentos licitatórios e informações financeiras publicadas, como Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Balanços entre outros. Por fim, conforme análise desenvolvida, observou-se que a conformidade legal seguida pelos municípios para disponibilização de dados orçamentários é baixa, comprometendo o acesso da população às informações previstas em lei.

**Palavras-chave:** Transparência; Orçamento público; Governo Aberto.

**Summary:** The objective of the article is to analyze the transparency platforms of Brazilian municipal capitals at the Executive level in order to verify the degree of legal compliance of the budget data of these portals, verifying if the mandatory and recommended data provided in legislation are available. For the analysis, a compliance template was prepared, verifying technical data from the website, items detailing expenses and revenues, bidding procedures and published financial information, such as the Multi-Year Plan, Budget Guidelines Law, Balance Sheets, and others. Finally, according to the analysis developed, it was observed that the legal compliance followed by the municipalities for the availability of budget data is low, compromising the population's access to the information provided by law.

**Keywords:** Transparency; Public budget; Open Government.

1. Artigo submetido em 19/07/2022 e aceito em 03/02/2023.

**Resumen:** El objetivo del artículo es analizar las plataformas de transparencia de las capitales municipales brasileñas a nivel Ejecutivo para verificar el grado de cumplimiento legal de los datos presupuestarios de estos portales, verificando si los datos obligatorios y recomendados previstos en la legislación están disponibles. Para el análisis se elaboró una plantilla de cumplimiento, verificando datos técnicos del sitio web, partidas de detalle de gastos e ingresos, procedimientos de licitación e información financiera publicada, como el Plan Plurianual, Ley de Lineamientos Presupuestarios, Balances, entre otros. Finalmente, de acuerdo al análisis desarrollado, se observó que el cumplimiento legal seguido por los municipios para la disponibilidad de datos presupuestarios es bajo, comprometiendo el acceso de la población a la información provista por la ley.

**Palabras llave:** Transparencia; presupuesto público; Gobierno Abierto.

## INTRODUÇÃO

O uso de tecnologias como ferramenta social conhecidas como tecnologias cívicas, é um termo abrangente para definir iniciativas da sociedade civil e organizações privadas, em que, muitas vezes, incorporam o uso de tecnologias digitais (SKARŽAUSKIENE E MAČIULIENĖ, 2020). No Brasil, a adoção de tecnologias de monitoramento participativo que cabe na definição de tecnologias cívicas, acompanharam também o surgimento de uma legislação com relação à publicidade e transparência com a obrigatoriedade de disponibilização de dados orçamentários à população (AMORIM, CRAVEIRO E MACHADO, 2019). Com isso, a Lei de Responsabilidade Fiscal descreve que todas as 5570 cidades brasileiras devem publicar os dados de gastos públicos em tempo real por vias eletrônicas, como portais governamentais na web de forma íntegra e de fácil entendimento.

O desenvolvimento de sistemas de informação com capacidade de processamento e interconexão entre bases de dados apresenta o potencial de elevar significativamente o grau de *accountability* de instituições públicas. Apesar dos muitos desafios impostos pela qualidade da publicação nos portais de transparência, trabalhos nacionais e internacionais se voltam para extração, organização e republicação de dados públicos de forma integrada e padronizada (BRITO et al., 2014 & SALA; LIN; HO, 2010).

Neste contexto, os portais de transparência são um marco da implementação da Lei da Responsabilidade Fiscal, uma ferramenta jurídica essencial na prestação de contas. Os portais se valem da transparência ativa em que um dos grandes desafios é a ausência de cumprimento do que é disposto em lei para prestação de contas orçamentárias. Tal fator pode afetar diretamente a participação e o controle

social do orçamento público, além de dificultar a criação de novas tecnologias que poderiam facilitar o acesso do cidadão aos dados orçamentários dos municípios brasileiros.

A Lei de Responsabilidade Fiscal garante a disponibilização dos dados, entretanto a acessibilidade não é garantida. Desse modo, seguir uma padronização dos dados é algo essencial, uma vez que a população pode não possuir os conhecimentos necessários para a leitura dos dados da forma como eles estão disponíveis. Para que as informações cheguem de uma forma clara ao cidadão, é desejável que sejam garantidas a padronização dos dados e a acessibilidade aos mesmos.

Leis e normativos referentes à transparência Brasil, como a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), fortaleceram princípios do governo aberto, como a transparência ativa e passiva. Porém, a avaliação do cumprimento dessas leis nos entes federativos se deu primeiramente com o Projeto do Ranking Nacional dos Portais da Transparência do Ministério Público Federal (2016), que foi realizada a primeira avaliação em 2015 e a segunda em 2016. Outro trabalho é a Escala Brasil Transparente – Avaliação 360º da Controladoria Geral da União (2020), que possui a metodologia de avaliação da transparência pública com foco em aspectos da transparência ativa. Todos esses projetos contribuem com a fiscalização do grau de transparência pública no Brasil e o cumprimento das leis relativas.

A acessibilidade aos dados pode se dar através de tecnologias cívicas que garantem a participação social mais ativa, todavia a criação de tecnologias cívicas, além da própria consulta da população está comprometida pela falta de padronização das informações disponibilizadas, já que a informação necessária para sua criação pode estar disponível de ma-

neira incompleta ou de maneira divergente daquilo encontrado em outro município.

O objetivo deste trabalho é analisar as plataformas de transparência municipais das capitais brasileiras na esfera do Executivo com o intuito de verificar o grau de padronização das informações e dados orçamentários dos portais, bem como avaliar quais dados estão disponíveis, tipos de formatos de arquivos, intervalo de tempo das informações à disposição e como os mesmos são atualizados.

## METODOLOGIA

Para o presente trabalho foi utilizado o método de pesquisa qualitativa aplicada. Realizou-se a busca e análise das plataformas dos portais de transparência das capitais brasileiras em relação ao poder Executivo a fim de verificar a forma como os dados orçamentários sobre obras públicas são disponibilizados considerando o grau de conformidade legal da apresentação desses dados, formatos de arquivos disponibilizados e se sua atualização é feita em tempo real, conforme disposto pelo Guia de Implantação de Portal de Transparência pela Controladoria-Geral da União e Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas em 2013 e contando como referência a Lei de Transparência (Lei Complementar nº 131/2009) e na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Com esses dados é possível analisar os modelos e o leitor comparar a padronização dos dados e metadados de despesas públicas disponibilizadas pelas capitais que devem seguir o disposto em legislação.

Os dados deste trabalho foram obtidos por meio da consulta e avaliação dos sites e portais de trans-

parência das capitais brasileiras no período de junho a julho de 2022. A avaliação dos dados foi feita mediante a apuração de se os itens estavam de acordo com o recomendado pelo Guia de Implantação de Portal de Transparência.

Dessa forma, aplicou-se o critério de maneira objetiva, assinalando para cada item com “SIM” ou “NÃO” para cumprimento ou não dos indicadores recomendados, conforme demonstrado nos Quadros 4 a 7. Ainda foi garantido maior precisão por meio do processo de revisão para possíveis erros de preenchimento sobre o cumprimento dos critérios pelos respectivos entes federativos. Por fim, foi elaborada uma amostragem não probabilística por acessibilidade existindo a escolha das capitais e Distrito Federal no âmbito Executivo no período de todo o ano de 2021.

## RESULTADOS

Para o desenvolvimento deste trabalho realizou-se o mapeamento de informações pesquisadas nos portais de transparência das capitais brasileiras com base descritiva proveniente do Guia de Implantação de Portal de Transparência da Controladoria-Geral da União e Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas (2013). Este guia orienta quais informações orçamentárias são recomendadas e devem constar nos portais de transparência dos municípios com base na implementação da LC nº 131/2009 e seus normativos correlatos.

Os quadros a seguir englobam leis, decretos e portarias referentes à matéria. São essas:

**QUADRO 1 - RECOMENDAÇÕES AOS MUNICÍPIOS SOBRE O SÍTIO ELETRÔNICO**

ASSUNTO	ORIENTAÇÃO	REFERÊNCIA	CUMPRIMENTO
Nome do link estático para acesso ao portal da transparência do município	Recomenda-se que o link siga o padrão “Município. uf.gov.br/transparência”. Este link poderá redirecionar a um site externo ao site institucional da prefeitura	Recomendação em linha com Art. 8º caput da Lei nº 12.527/2011	Recomendável
Adesão ao Portal da Transparência do Governo Federal	Saiba mais em: <a href="http://ac.transparencia.gov.br/informacoes/orientacoes">http://ac.transparencia.gov.br/informacoes/orientacoes</a>	Portal da Transparência do Governo Federal	Recomendável
Segue o padrão de dados abertos	Os arquivos devem ser publicados de forma que sua reutilização não seja limitada.	Lei de Acesso à informação 12.527/2011	Recomendável

Fonte: Controladoria Geral da União (2013).

**QUADRO 2 - RECOMENDAÇÕES AOS MUNICÍPIOS SOBRE CONTEÚDO QUE DEVE SER DISPONIBILIZADO NOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA**

DETALHAMENTO DAS DESPESAS			
ASSUNTO	ORIENTAÇÃO	REFERÊNCIA	CUMPRIMENTO
Data da despesa	A informação deve possibilitar o acompanhamento da publicação das despesas em tempo real.	Decreto nº 10.540/2020 (Art. 2º Inc. IX)	Obrigatório
Valor do empenho, liquidação e pagamento	Valores essenciais para a existência da prestação de contas.	Decreto nº 10.540/2020 (Art. 8º Inc. I alínea a)	Obrigatório
Número de processo da execução	Quando houver a possibilidade, deve-se publicar essa informação.	Decreto nº 10.540/2020 (Art. 8º Inc. I alínea b)	Obrigatório
Classificação orçamentária	A classificação orçamentária deve especificar a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto.	Decreto nº 10.540/2020 (Art. 8º Inc. I alínea c)	Obrigatório
Identificação da pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento	A identificação do beneficiário deve ocorrer inclusive nos desembolsos de operações, independentes da execução orçamentária. Recomenda-se, além do nome ou razão social, informar o CNPJ da pessoa jurídica integralmente e o CPF da pessoa física, ocultando os três primeiros dígitos e os dois últimos dígitos	Decreto nº 10.540/2020 (Art. 8º Inc. I alínea e)	Obrigatório
Procedimento licitatório realizado	Divulgação do procedimento licitatório, bem como, quando for o caso, a sua dispensa ou inexigibilidade com o número do correspondente processo.	Decreto nº 10.540/2020 (Art. 8º Inc. I alínea g)	Obrigatório
Descrição do bem fornecido ou serviço prestado	Descrição do bem ou do serviço adquirido, quando for o caso.	Decreto nº 10.540/2020 (Art. 8º Inc. I alínea h)	Obrigatório
Unidade gestora	Necessário para identificação da unidade orçamentária ou administrativa que realiza a prestação de contas.	Decreto nº 10.540/2020	Obrigatório
DETALHAMENTO DAS RECEITAS			
Data da posição	Possibilita acompanhar a publicação das receitas em tempo real.	Decreto nº 10.540/2020 (Art. 2º Inc. IX)	Obrigatório
Unidade Gestora	Necessário para identificação da unidade orçamentária ou administrativa que realiza a prestação de contas.	Decreto nº 10.540/2020	Obrigatório
Natureza da Receita	Necessário para identificar qual a aplicação será dada ao recurso e está diretamente ligado a natureza da despesa (ex.: Receita de Capital terá sua alocação nas despesas como Despesa de Capital).	Decreto nº 10.540/2020 (Art. 8º Inc. II alínea e)	Obrigatório
Valor da previsão	Necessário para que sejam estimadas as necessidades financeiras do órgão ao planejar o orçamento.	Decreto nº 10.540/2020 (Art. 8º Inc. II alínea a)	Obrigatório
Valor do lançamento	Quando houver a possibilidade, deve-se publicar essa informação.	Decreto nº 10.540/2020 (Art. 8º Inc. II alínea b)	Obrigatório
Valor da arrecadação	Indica o valor da arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.	Decreto nº 10.540/2020 (Art. 8º Inc. II alínea c)	Obrigatório

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS			
Plano Plurianual (PPA)	Publicar versão simplificada.	Art. 48 LRF	Obrigatório
Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)	Publicar versão simplificada.	Art. 48 LRF	Obrigatório
Prestação de Contas	A prestação de contas deve ser acompanhada do parecer prévio do Tribunal de Contas e de versões simplificadas	Art. 48 LRF	Obrigatório
Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)	Publicar versão simplificada.	Art. 48 LRF	Obrigatório
Relatório de Gestão Fiscal (RGF)	Publicar versão simplificada.	Art. 48 LRF	Obrigatório
Balço Anual do Exercício Anterior	O Balço Anual do Exercício Anterior deve ser publicado até 30 de junho - Lei 4.320/64 (Art. 112).	Lei 9.755/98 (Art. 1º Inciso IV)	Obrigatório

Fonte: Controladoria Geral da União (2013) - Adaptado.

Através dessa base foi criado um template de conformidade contemplando 28 itens a serem analisados indicados no Quadro 3.

### QUADRO 3 - TEMPLATE DE CONFORMIDADE A SER ANALISADO NOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA DAS CAPITAIS

SITE / DETALHES TÉCNICOS
Domínio segue o padrão “município.uf.gov.br”.
Registro no <a href="http://www.contaspublicas.gov.br">www.contaspublicas.gov.br</a>
Segue o padrão de dados abertos (ex.: disponibiliza arquivos em formato não proprietário)
DETALHAMENTO DAS DESPESAS
Data da despesa
Valor do empenho
Valor liquidado
Valor de pagamento
Número de processo da execução
Classificação orçamentária
Identificação da pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento
Procedimento licitatório realizado
Descrição do bem fornecido ou serviço prestado
Unidade gestora
DETALHAMENTO DAS RECEITAS
Data da posição
Unidade Gestora
Natureza da Receita
Valor da previsão
Valor do lançamento
Valor da arrecadação

<b>INFORMAÇÕES FINANCEIRAS</b>
Plano Plurianual (PPA)
Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)
Prestação de Contas
Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)
Relatório de Gestão Fiscal (RGF)
Balço Anual do Exercício Anterior
<b>PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS</b>
Informações concernentes a procedimentos licitatórios
Resumo dos instrumentos de contrato ou de seus aditivos e as comunicações ratificadas pela autoridade superior
Relações Mensais de todas as compras feitas pela Administração direta e indireta

*Fonte: Elaborado pelos autores (2022).*

Nos Quadros 4, 5, 6 e 7 são descritos os indicadores utilizados na análise dos Portais da Transparência das capitais e seus respectivos resultados. Indicou-se como “SIM” àqueles que cumpriram o critério do conteúdo a ser disponibilizado de acordo com o template de conformidade formulado, e “NÃO” àqueles Portais que não cumpriram os requisitos deste template.

#### QUADRO 4 - RESULTADO POR DETALHAMENTO DAS DESPESAS

DETALHAMENTO DAS DESPESAS	DATA DA DESPESA	VALOR DO EMPENHO	VALOR LIQUIDADO	VALOR DE PAGAMENTO	NÚMERO DE PROCESSO DA EXECUÇÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA BENEFICIÁRIA DO PAGAMENTO	PROCEDIMENTO LICITATÓRIO REALIZADO	DESCRIÇÃO DO BEM FORNECIDO OU SERVIÇO PRESTADO	UNIDADE GESTORA
Boa Vista, RR	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Florianópolis, SC	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
Salvador, BA	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Palmas, TO	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim
Rio Branco, AC	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Goiânia, GO	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
João Pessoa, PB	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim
Brasília, DF	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
São Luís, MA	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim
Natal, RN	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim
Porto Alegre, RS	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
São Paulo, SP	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim
Manaus, AM	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Recife, PE	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Teresina, PI	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Maceió, AL	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Campo Grande, MS	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Belo Horizonte, MG	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Fortaleza, CE	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não
Rio de Janeiro, RJ	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Aracaju, SE	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim
Curitiba, PR	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim
Macapá, AP	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Cuiabá, MT	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Belém, PA	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Porto Velho, RO	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Vitória, ES	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

QUADRO 5 - RESULTADO POR DETALHAMENTO DAS RECEITAS

DETALHAMENTO DAS RECEITAS	DATA DA POSIÇÃO	UNIDADE GESTORA	NATUREZA DA RECEITA	VALOR DA PREVISÃO	VALOR DO LANÇAMENTO	VALOR DA ARRECADAÇÃO
Boa Vista, RR	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Florianópolis, SC	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Salvador, BA	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Palmas, TO	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Rio Branco, AC	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Goiânia, GO	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim
João Pessoa, PB	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Brasília, DF	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
São Luís, MA	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
Natal, RN	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Porto Alegre, RS	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
São Paulo, SP	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Manaus, AM	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Recife, PE	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Teresina, PI	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Maceió, AL	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Campo Grande, MS	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Belo Horizonte, MG	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Fortaleza, CE	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Rio de Janeiro, RJ	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Aracaju, SE	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Curitiba, PR	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Macapá, AP	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Cuiabá, MT	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim
Belém, PA	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Porto Velho, RO	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Vitória, ES	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

### QUADRO 6 - RESULTADO POR INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS	PLANO PLURIANUAL (PPA)	LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)	PRESTAÇÃO DE CONTAS	RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO)	RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)	BALANÇO ANUAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR
Boa Vista, RR	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não
Florianópolis, SC	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Salvador, BA	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
Palmas, TO	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
Rio Branco, AC	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Goiânia, GO	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
João Pessoa, PB	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Brasília, DF	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
São Luís, MA	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Natal, RN	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Porto Alegre, RS	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
São Paulo, SP	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim
Manaus, AM	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Recife, PE	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Teresina, PI	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Maceió, AL	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim
Campo Grande, MS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Belo Horizonte, MG	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Fortaleza, CE	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Rio de Janeiro, RJ	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Aracaju, SE	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Curitiba, PR	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Macapá, AP	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não
Cuiabá, MT	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Belém, PA	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Porto Velho, RO	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Vitória, ES	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

**QUADRO 7 - RESULTADO DAS CAPITAIS EM RELAÇÃO AOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS	INFORMAÇÕES CONCERNENTES A PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS	RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO OU DE SEUS ADITIVOS E AS COMUNICAÇÕES RATIFICADAS PELA AUTORIDADE SUPERIOR	RELAÇÕES MENSAIS DE TODAS AS COMPRAS FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA
Boa Vista, RR	Sim	Sim	Não
Florianópolis, SC	Não	Não	Não
Salvador, BA	Não	Não	Não
Palmas, TO	Sim	Não	Não
Rio Branco, AC	Não	Não	Não
Goiânia, GO	Sim	Não	Não
João Pessoa, PB	Sim	Sim	Sim
Brasília, DF	Sim	Sim	Não
São Luís, MA	Sim	Sim	Não
Natal, RN	Sim	Não	Não
Porto Alegre, RS	Não	Não	Não
São Paulo, SP	Não	Não	Não
Manaus, AM	Sim	Sim	Sim
Recife, PE	Sim	Sim	Sim
Teresina, PI	Sim	Sim	Não
Maceió, AL	Sim	Não	Não
Campo Grande, MS	Não	Não	Não
Belo Horizonte, MG	Sim	Sim	Sim
Fortaleza, CE	Sim	Não	Sim
Rio de Janeiro, RJ	Não	Não	Não
Aracaju, SE	Sim	Sim	Não
Curitiba, PR	Sim	Sim	Sim
Macapá, AP	Sim	Sim	Sim
Cuiabá, MT	Sim	Sim	Sim
Belém, PA	Sim	Sim	Sim
Porto Velho, RO	Sim	Sim	Sim
Vitória, ES	Sim	Sim	Sim

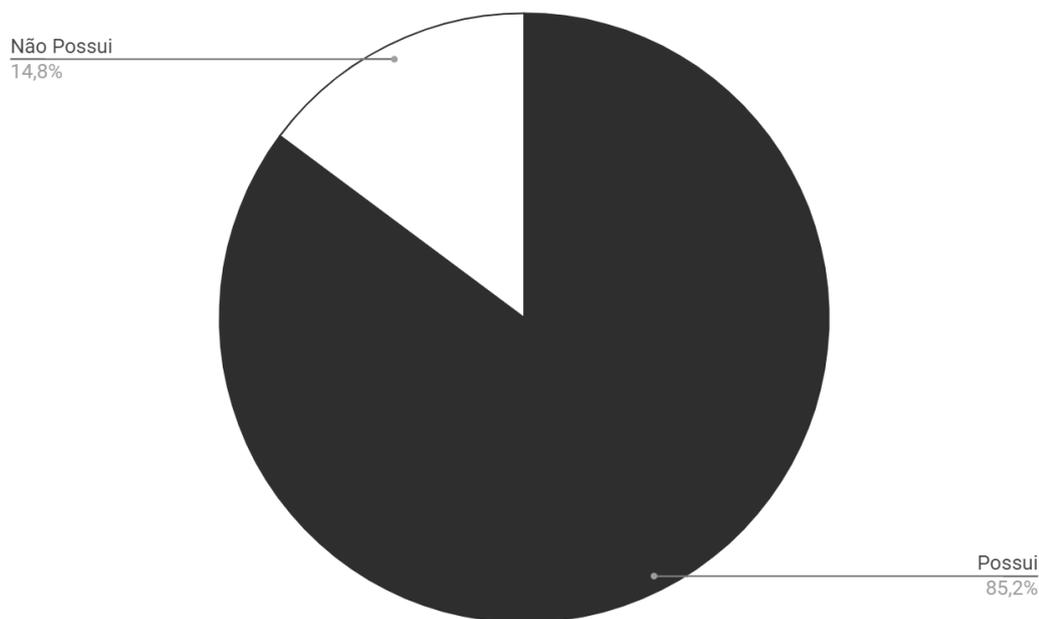
Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Foi realizado o levantamento da prestação de conta de cada um dos portais de transparência das capitais brasileiras a fim de verificar se eram cumpridos os itens de acordo com o template de conformidade constante no Quadro 3. Após análise do levantamento, foi possível extrair informações e obter as seguintes conclusões:

- Vitória e Porto Velho disponibilizam os dados orçamentários conforme disposto em lei do grupo de municípios, cumprindo 27 dos 28 itens indicados. As cidades que também cumprem a obrigação legal da disposição de dados orçamentários são Macapá, Cuiabá, Belo Horizonte e Belém, com 25 itens obtidos. O município com menos itens obtidos na análise é Boa Vista, com 6 tópicos relevantes para prestação de contas. Outros municípios que menos dispõem sobre esses dados são Florianópolis, com 10, Salvador e Palmas, com 13;

- Aproximadamente 90% dos portais de transparência das capitais disponibiliza os dados orçamentários em algum tipo de formato de dados abertos (ex.: CSV, XML, etc.), porém não há uma padronização sobre a disponibilização de dados e nem sempre existe a disponibilidade de baixar os conteúdos.
- Também é observado que alguns portais disponibilizam em áreas específicas do site outros tipos de dados abertos. O gráfico abaixo mostra o percentual de capitais que disponibilizam os dados em formato aberto;

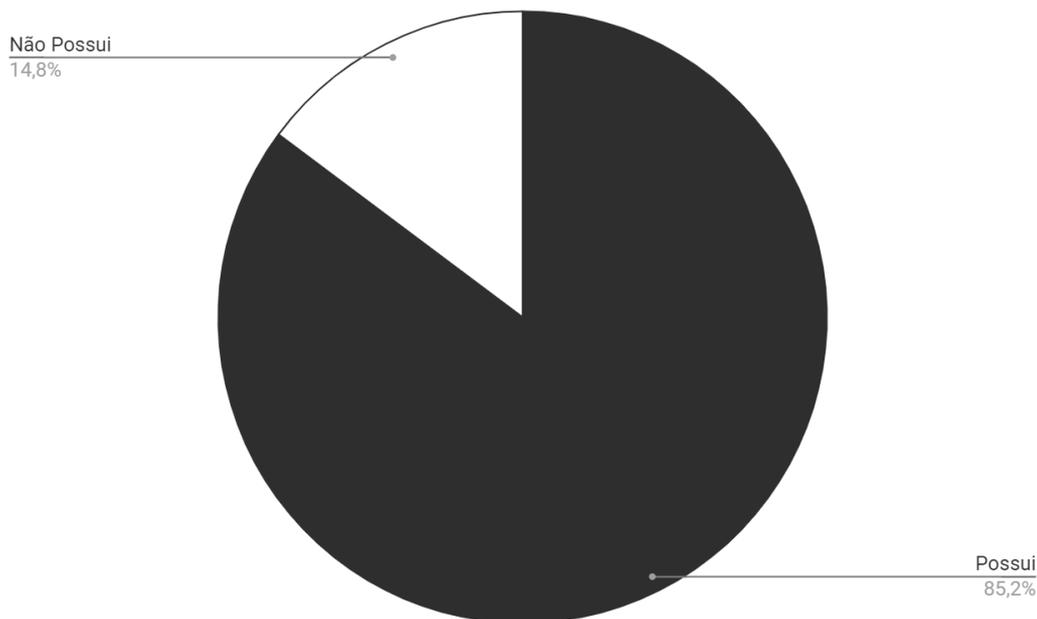
**GRÁFICO 1 - PORCENTAGEM DE CAPITAIS QUE DISPONIBILIZAM ARQUIVOS EM FORMATO NÃO PROPRIETÁRIO**



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

- Um dos pontos obrigatórios é o registro do portal no site de Contas Públicas do Tribunal de Contas da União (TCU). Apurou-se que esse registro está disponível e atualizado em aproximadamente 85% das capitais analisadas. Enquanto o restante das capitais não possuem o registro ou o cadastro está desatualizado;

**GRÁFICO 2 - PORCENTAGEM DE CAPITAIS COM REGISTRO NO DOMÍNIO DO TCU**

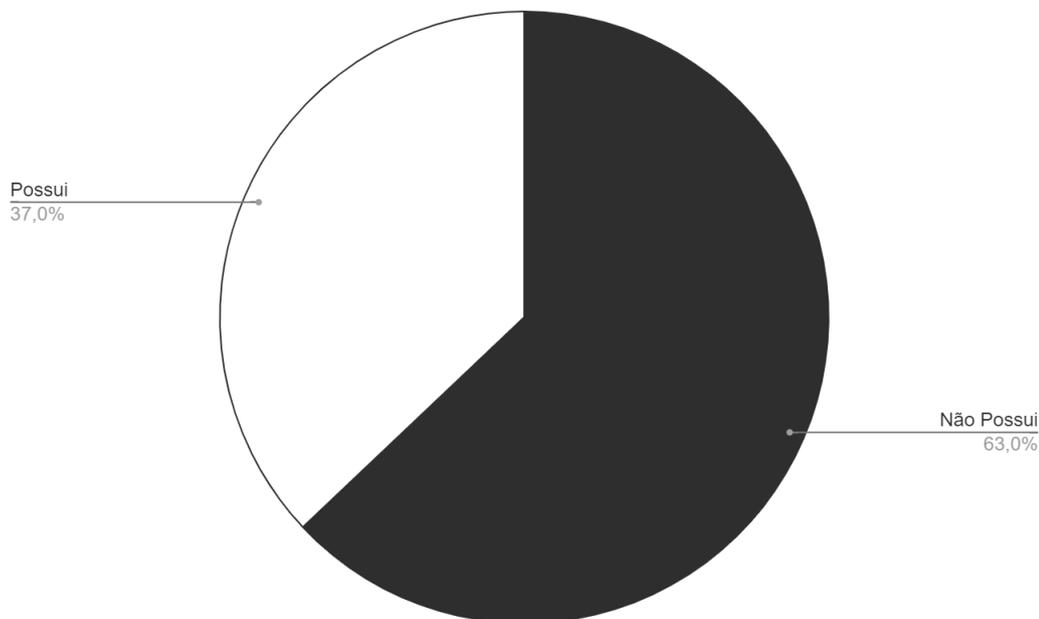


Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

- A maioria dos portais disponibiliza o detalhamento de despesas com todas ou quase todas as informações exigidas pelas leis de transparência. No qual o resultado da análise concluiu que 19 capitais possuem a descritiva dos gastos;
- Apenas quatro capitais brasileiras possuem o Fala.BR como sistema de ouvidoria e pedido de informação, sendo elas Rio Branco, João Pessoa, Porto Velho e Florianópolis;
- São 10 capitais brasileiras, sendo elas Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Vitória, Cuiabá,

João Pessoa, Curitiba, Recife, Porto Alegre e São Paulo que possuem um inventário de dados abertos seguindo a Lei nº 12.527/11, art. 8º, §3º, incisos II e III, recomenda-se que o ente federado divulgue uma listagem, inventário ou catálogo dos conjuntos de bases de dados abertos em seu sítio oficial. Nesse caso foi verificado além da existência do catálogo dos datasets, a base de dados da descritiva de despesas públicas atualizadas para uso em sistemas informatizados;

**GRÁFICO 3 - POSSUI INVENTÁRIO DOS CONJUNTOS DE BASES DE DADOS ABERTOS**



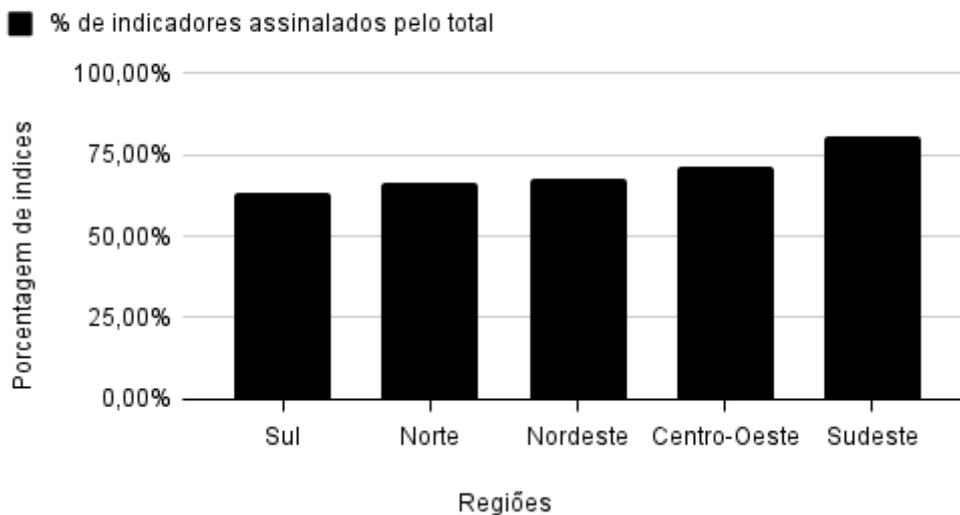
Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

- O Gráfico 4 foi elaborado a partir do cálculo da quantidade de indicadores que cada região do Brasil obteve a partir da quantidade máxima de indicadores que cada região poderia alcançar, considerando que cada região poderia atingir um certo número de itens baseados em quantas capitais possui. De acordo com o template de conformidade constante no Quadro 3, cada portal de transparência poderia atender 28 indicadores, portanto, por exemplo, o Centro-Oeste possui 4 capitais, podendo obter 112 indicadores, caso cada uma obtivesse os 28 itens

apto. Dessa forma, somando a quantidade de indicadores obtidos pelas capitais Goiânia, Brasília, Cuiabá e Campo Grande, o total de itens cumpridos foi 80, ou seja, a Região Centro-Oeste alcançou 71,43% dos indicadores totais. É possível concluir que a Região Sudeste com 80,36% é “mais transparente” visto que o Sudeste possui uma porcentagem de indicadores cumpridos em seus respectivos Portais de Transparência maior do que os demais. Seguido pelo Centro-Oeste com 71,43%, Nordeste 67,86%, Norte 66,33% e Sul 63,10%;

## GRÁFICO 4 - TOTAL DE INDICADORES POR REGIÃO

## Porcentagem de indicadores assinalados por região

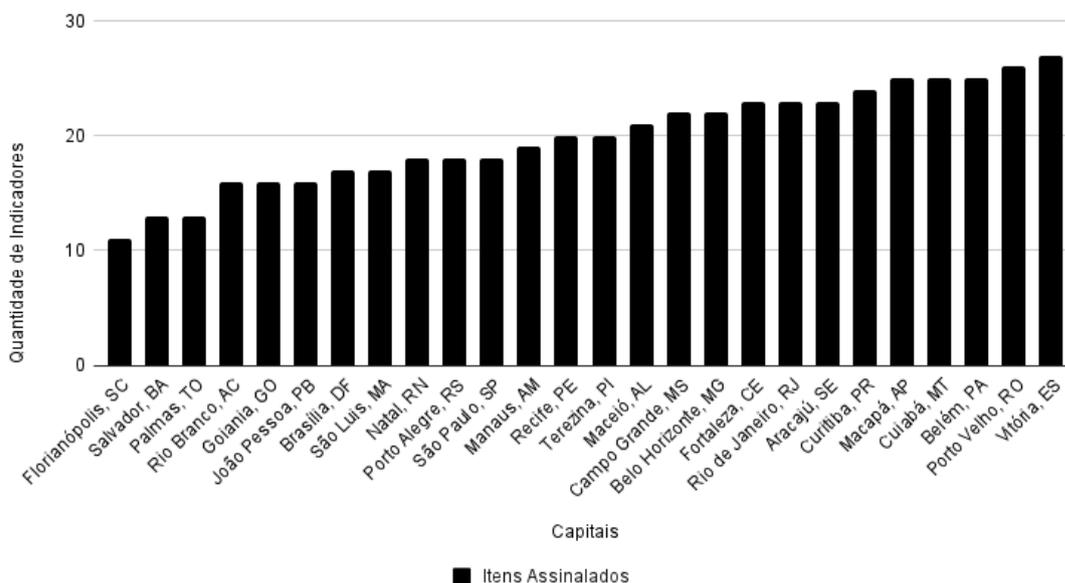


Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Abaixo está o gráfico consolidado pela quantidade de indicadores fornecidos nos Portais de Transparência de cada capital brasileira.

## GRÁFICO 5 - INDICADORES POR CAPITAL

## Indicadores por capital



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Os metadados das capitais foram analisados a partir daqueles que possuíam um acervo de dados abertos em seus respectivos portais de transparência. São esses: Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Vitória, Cuiabá, João Pessoa, Curitiba, Recife, Porto Alegre e São Paulo que possuem um inventário de dados abertos seguindo a Lei nº 12.527/11, art. 8º, §3º, incisos II e III em que reco-

menda-se que o ente federado divulgue uma listagem, inventário ou catálogo dos conjuntos de bases de dados abertos em seu sítio oficial. Nesse caso foi verificada a existência no respectivo conjunto de dados sobre a descritiva de despesas públicas atualizadas para uso em sistemas informatizados de acordo com o Quadro 8.

#### QUADRO 8 - RESULTADO DOS METADADOS DA BASE DADOS DE DESPESAS DAS CAPITAIS QUE POSSUEM CATÁLOGO DE DADOS ABERTOS

BELO HORIZONTE	
Link do dataset: <a href="https://dados.pbh.gov.br/dataset/execucao-orcamentaria">https://dados.pbh.gov.br/dataset/execucao-orcamentaria</a>	
Metadado	Descrição
Fonte	Origem do recurso utilizado para execução do gasto.
Grupo de Despesa	Agrega elementos de despesa com características semelhantes quanto ao objeto de gasto
Orçamento Aprovado	Recurso autorizado na Lei Orçamentaria Anual e créditos adicionais.
Empenhado no Mês	O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado, obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Referente a despesa empenhada no mês informado no nome do arquivo.
Empenhado Até o Mês	O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado, obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Referente a despesa empenhada até o mês informado no nome do arquivo.
Liquidado no Mês	A liquidação de despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. Referente a despesa liquidada no mês informado no nome do arquivo.
Liquidado Até o Mês	A liquidação de despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. Referente a despesa liquidada até o mês informado no nome do arquivo.
Pago no Mês	A ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga. Referente a despesa paga no mês informado no nome do arquivo.
Pago Até o Mês	A ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga. Referente a despesa paga até o mês informado no nome do arquivo.

CUIABÁ	
Link do dataset: <a href="http://transparencia.cuiaba.mt.gov.br/portaltransparencia/transparencia/#/despesa/orcamento/orgao">http://transparencia.cuiaba.mt.gov.br/portaltransparencia/transparencia/#/despesa/orcamento/orgao</a>	
Metadado	Descrição
Orgão	Não apresenta dicionário de dados com a descritiva dos dados de despesa por órgão
Orçado Inicial	
Orçado Atual	
Empenhado	
Liquidado	
Pago	
Despesa por órgão	

CURITIBA	
Link do dataset: <a href="https://www.curitiba.pr.gov.br/dadosabertos/busca/?termo=despesa">https://www.curitiba.pr.gov.br/dadosabertos/busca/?termo=despesa</a>	
Metadado	Descrição
ANO_EMPENHO	Ano da Despesa
DT_EMPENHO	Data da Despesa
CD_FONTE	Código da Fonte da Despesa
DS_FONTE	Descrição da Fonte da Despesa
CD_FUNCAO	Código da Função da Despesa
DS_FUNCAO	Descrição da Função da Despesa
CD_PROGRAMA	Código do Programa da Despesa
DS_PROGRAMA	Descrição do Programa da Despesa
CD_ACAO	Código da Ação da Despesa
DS_ACAO	Descrição da Ação da Despesa
CD_SUBELEMENTO	Código do SubElemento da Despesa
DS_SUBELEMENTO	Descrição do SubElemento da Despesa
CD_ORGAO	Código do Órgão da Despesa
DS_ORGAO	Descrição do Órgão da Despesa
CD_DESPESA	Código da Despesa
DS_DESPESA	Descrição da Despesa
CODIGO_DESPESA_GRUPO	Código do Grupo da Despesa
DS_GRUPO	Descrição do Grupo da Despesa
CODIGO_DESPESA_MODALIDADE	Código da Modalidade da Despesa
DS_MODALIDADE	Descrição da Modalidade da Despesa
CODIGO_DESPESA_ELEMENTO	Código do Elemento da Despesa
DS_ELEMENTO	Descrição do Elemento da Despesa
CPF_CNPJ	CPF OU CNPJ
NR_EMPENHO	Número do Empenho da Despesa
LICITACAO	Número da Licitação
VL_EMPENHADO	Valor Empenhado da Despesa
CD_ITEM	Código do Item da Despesa
DS_ITEM	Descrição do item da Despesa
DS_UNIDADE	Descrição da Unidade Da Despesa
QUANTIDADE	Quantidade da Despesa
VL_PRECO_UNITARIO	Valor Unitário da Despesa
VL_TOTAL	Valor total da Despesa
PROTOCOLOSUP	Código do Protocolo da Despesa
DT_TRANSACAO	Data de Transação da Despesa
VL_LIQUIDADO	Valor Liquidado da Despesa
VL_DEVOLVIDO	Valor Devolvido da Despesa
VL_ANULADO	Valor Anulado da Despesa
VL_PAGO	Valor Pago da Despesa
VL_CONSIGNADO	Valor Consignado da Despesa

## JOÃO PESSOA

Link do dataset: <https://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/#/dados-abertos/listagem/savings/Receitas%20e%20Despesas>

Metadado	Descrição
Ano_Refe	Ano de referência da realização de uma movimentação.
Mes_Refe	Mês de referência da realização de uma movimentação.
Codi_Enti	Código da entidade que realizou a movimentação.
Nome_Enti	Nome da Entidade representada pelo Codi_Enti.
Desc_FoRc	Fonte do recurso utilizado para a movimentação.
Nume_Empe	Número do empenho a qual a movimentação se refere.
Ano_Empe	Ano do empenho a qual a movimentação se refere.
Data_Empe	Ano do empenho a qual a movimentação se refere.
Desc_TpEm	Descrição do tipo do empenho.
Nome_Forn	Nome do fornecedor a quem o empenho se refere.
Codi_Elem	O elemento da despesa é formado por diversos códigos que, em conjunto, tem como intuito de classificar uma despesa em relação a sua natureza. Para mais informações acessar o manual do tesouro nacional no link: <a href="https://bit.ly/3aHDR2S">https://bit.ly/3aHDR2S</a>
Desc_Desp	Classificação da despesa a qual a movimentação se refere.
Desc_Orga	Descrição do órgão que está realizando a movimentação.
Desc_Tpde	Classificação do elemento da despesa.
Nume_Proc	Número do processo relacionado a movimentação.
Desc_TpLi	Tipo de licitação do processo que causou a movimentação.
Nume_Lici	Número da licitação que causou a criação do empenho.
Nume_Proc_Lici	Número do processo que originou a licitação.
Valo_Empe	Valor empenhado pelo empenho associado a movimentação.
Data_Movi	Data e hora da realização da movimentação.
Desc_Tpmo	Descrição do tipo de movimentação
Nume_Parc	Número da parcela ao qual se refere a movimentação.
Valo_Movi	Valor movimentado pela movimentação
Data_UIAI	Data e hora da última atualização realizada no empenho.
Matr_Usua	Matrícula do usuário que lançou a movimentação no sistema.
Desc_IteE	Descrição do item do empenho.
desc_func	Nome da classificação funcional da despesa quanto à função.
desc_subf	Nome da classificação funcional da despesa quanto a subfunção
desc_prog	Nome da classificação programática da despesa quanto ao programa
Cnpj_Cpf	CNPJ ou CPF do favorecido da movimentação
Desc_Proj	Descrição do Projeto ao qual se refere a movimentação.
Codi_Orga	Código do órgão municipal que realizou a movimentação.
Codi_UnOr	Código da unidade orçamentária.
Desc_UnOr	Descrição da unidade orçamentária.
Codi_Func	Código da classificação da função da despesa.
Codi_SubF	Código da classificação da subfunção da despesa.
Codi_Prog	Código da classificação programática da despesa quanto ao programa.
Codi_Acao	Código da classificação programática da despesa quanto a ação.
Desc_Acao	Nome da classificação programática da despesa quanto a ação
Tota_Cred	Descrição do metadado indisponível

Valo_Orca	Valor total orçado.
Sald_Ante	Saldo total para ser empenhado.
Codi_SubE	Código do subelemento da despesa.
Desc_SubE	Descrição do subelemento da despesa.
Insc_Esta	Inscrição estadual da empresa favorecida pelo empenho.
Insc_Muni	Inscrição Municipal da empresa favorecida pelo empenho.
Insc_PIS	Descrição não disponível
NCon_Indi	Descrição não disponível
Ende_Comp	Endereço do favorecido.
Codi_FoRc	Descrição não disponível
UG	Unidade Gestora
Tipo Documento	Tipo de documento utilizado para realizar o pagamento.
Numero Documento	Número do documento de pagamento.
Conta Pagadora	Conta do favorecido onde será depositado o pagamento.
Historico	Informações sobre o pagamento realizado pelo documento apresentado em Numero_Documento e Tipo_Documento.
Codi_Redc	Conta do favorecido onde será depositado o pagamento.
Historico Pagamento	Conta do favorecido onde será depositado o pagamento.
Nume_Contr	Número do contrato a qual se refere a movimentação.
Cate_desp	Movimentações realizadas para o combate à Covid-19

### PORTO ALEGRE

Link do dataset: <https://dadosabertos.poa.br/dataset/despesas>

Metadado	Descrição
data_extracao	Data e hora de realização da extração de
orgao	Código do Órgão Responsável pela Despesa
nome_orgao	Nome do Órgão Responsável pela Despesa
exercicio	Ano da Despesa
mes	Mês da Despesa
categoria	Código da Categoria da Despesa
desc_categoria	Nome da Categoria da Despesa
natureza	Código do Grupo da Natureza da Despesa
desc_natureza	Nome do Grupo da Natureza da Despesa
modalidade	Código da Modalidade da Despesa
desc_modalidade	Nome da Modalidade da Despesa
elemento	Código do elemento da Despesa
desc_elemento	Nome do elemento da Despesa
funcao	Código da Função da Despesa
desc_funcao	Nome da Função da Despesa
vlemp	Valor Empenhado da Despesa
vliq	Valor Liquidado da Despesa
vlpag	Valor Pago da Despesa
vlorcini	Valor Orçado da Despesa

RECIFE	
Link do dataset: <a href="http://dados.recife.pe.gov.br/dataset/despesas-orcamentarias">http://dados.recife.pe.gov.br/dataset/despesas-orcamentarias</a>	
Metadado	Descrição
ano_movimentacao	Ano de Referência da Competência da Despesa
mes_movimentacao	Mês da Realização da Movimentação
orgao_codigo	Código do Órgão
orgao_nome	Nome do Órgão
unidade_codigo	Código da Unidade Orçamentária
unidade_nome	Nome da Unidade Orçamentária
categoria_economica_codigo	Código da Categoria Econômica
categoria_economica_nome	Nome da Categoria Econômica
grupo_despesa_codigo	Código do Grupo de Despesa
grupo_despesa_nome	Nome do Grupo de Despesa
modalidade_aplicacao_codigo	Código da Modalidade de Aplicação
modalidade_aplicacao_nome	Nome da Modalidade de Aplicação
elemento_codigo	Código do Elemento de Despesa
elemento_nome	Nome do Elemento de Despesa
subelemento_codigo	Código do Subelemento de Despesa
subelemento_nome	Nome do Subelemento de Despesa
funcao_codigo	Código da Função
funcao_nome	Nome da Função
subfuncao_codigo	Código da Subfunção
subfuncao_nome	Nome da Subfunção
programa_codigo	Código do Programa
programa_nome	Nome do Programa
acao_codigo	Código da Ação
acao_nome	Nome da Ação
fonte_recurso_codigo	Código da Fonte de Recurso
fonte_recurso_nome	Nome da Fonte de Recurso
empenho_ano	Ano do Empenho
empenho_modalidade_nome	Código da Modalidade do Empenho
empenho_modalidade_codigo	Nome da Modalidade do Empenho
empenho_numero	Número de Empenho
subempenho	Parcela do Empenho (Subempenho)
indicador_subempenho	Indicador se Possui Subempenho
credor_codigo	Código do Credor
credor_nome	Nome do Credor
modalidade_licitacao_codigo	Código da Modalidade de Licitação
modalidade_licitacao_nome	Nome da Modalidade de Licitação
valor_empenhado	Valor Liquidado
valor_liquidado	Valor Empenhado
valor_pago	Valor Pago

RIO DE JANEIRO	
Link do dataset: <a href="http://www.rio.rj.gov.br/web/contasrio/dados-abertos#titulo">http://www.rio.rj.gov.br/web/contasrio/dados-abertos#titulo</a>	
Metadado	Descrição
Exercicio	Ano selecionado, referente à execução da despesa
Orgao	Código do órgão
Unidade_Orcamentaria	Código da unidade orçamentária
Programa_de_Trabalho	Código do programa de trabalho
Acao	Código da ação
Descricao_Acao	Descrição da ação
Fonte_de_Recursos	Código da fonte de recursos
Descricao_Fonte	Descrição da fonte de recursos
Elemento	Código do elemento da natureza de despesa
Descricao_Elemento	Descrição do elemento da natureza de despesa
Item_Despesa	Código completo da natureza de despesa
Descricao_Item_Despesa	Descrição da natureza de despesa
Orcamento_Atualizado	Valor do orçamento atualizado (contemplando os créditos adicionais e os cancelamentos de créditos ocorridos no ano selecionado)
Empenhado	Valor empenhado, relativo à execução orçamentária, acumulado no ano selecionado
Liquidado	Valor liquidado, relativo à execução orçamentária, acumulado no ano selecionado
Pago	Valor pago, relativo à execução orçamentária, acumulado no ano selecionado
Pago_Restos_Pagar	Valor pago, relativo à execução orçamentária, acumulado no ano selecionado mais os valores pagos, no ano selecionado, relativos à execução dos restos a pagar processados e não processados

SALVADOR	
Link do dataset: <a href="http://www.transparencia.salvador.ba.gov.br/#/DadosAbertos">http://www.transparencia.salvador.ba.gov.br/#/DadosAbertos</a>	
Metadado	Descrição
Área de Fornecimento	Descrição do metadado indisponível no portal de Dados Abertos da Prefeitura de Salvador.
CNPJ	
Código do Credor	
Código Forma de Contratação	
Código Modalidade	
Código Natureza	
Código Órgão	
Código Situação	
Código Tipo de Contrato	
Código Tipo de Credor	
Código Tipo de Natureza	
Código Tipo do Objeto Contratado	Descrição do metadado indisponível no portal de Dados Abertos da Prefeitura de Salvador.
Código Unidade Gestora	
Código Unidade Gestora da Licitação	

Contrato Original	
Contrato Sigef	
Credor Social	
Data de Assinatura	
Data de Publicação	
Data Início da Vigência	
Data Término Vigência (Atualizada)	
Data Término Vigência(Original)	
DOM	
Forma de Contratação	
Modalidade	
Modalidade Sigef	
Natureza	
Nome	
Objeto	
Possui Caução	
Prazo Atualizado	
Prazo Original	
Processo	
Sigla Órgão	
Situação	
Tipo Credor	
Tipo de Contrato	
Tipo de Natureza	
Tipo do Objeto Contratado	
Unidade Gestora	
Valor Atualizado	
Unidade Gestora da Licitação	
Valor Original	

### SÃO PAULO

Link do dataset: <http://dados.prefeitura.sp.gov.br/dataset/base-dados-execucao>

Metadado	Descrição
Cd_Orgao	Código da Natureza da Receita. Código hierárquico, onde o superior é a soma dos itens inferiores.
Cd_Unidade	É uma unidade administrativa da estrutura municipal que tem dotações próprias consignadas no orçamento.
Cd_Funcao	Maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público.
Cd_SubFuncao	Representa uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto de despesa do setor público
Cd_Programa	Instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurados por indicadores estabelecidos no plano plurianual.

ProjetoAtividade	(Atividade): É um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo. Pode ser definida, ainda, como um conjunto de operações voltadas para viabilizar o funcionamento dos equipamentos públicos e ações ligadas à prestação de serviços à população. (Projeto): é um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto final que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo. Nesta categoria enquadram-se construções, reformas e todos os demais projetos que têm (ou deveriam ter) duração definida, como por exemplo, as ações financiadas por operações de crédito, tais como o Programa de Modernização da Administração Tributária e Gestão dos Setores Sociais Básicos, financiado com recursos do BNDES. (Operação Especial): As Operações Especiais têm a finalidade de agregar aquelas despesas em relação às quais não se possa associar, no período, a geração de um bem ou serviço, tais como, dívidas, ressarcimentos, transferências, indenizações, financiamentos e outras afins. Dito de uma outra forma são aquelas despesas nas quais o administrador incorre, sem, contudo, combinar fatores de produção para gerar produtos, ou seja, seriam neutras em relação ao ciclo produtivo sob sua responsabilidade.
Cd_Despesa	Classificação dos gastos de acordo com a destinação dos recursos. Tem por finalidade identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, subvenções sociais, obras e instalações, equipamentos e material permanente, auxílios, amortização e outros de que a administração pública se serve para a consecução de seus fins.
Cd_Fonte	Classificação dos gastos de acordo com a origem dos recursos a serem utilizados para aquela despesa.
PAPA	Sigla significando a classificação da despesa em Projetos, Atividades, Operações Especiais, Pessoal e Auxílios.
Sld_Orçado_Ano	Valor orçamentário fixado pela Lei Orçamentária Anual.
Vl_Atualizado	Resultado líquido do somatório dos congelamentos reduzido dos descongelamentos, ou seja, o valor congelado atual.
Vl_Reservado	Valor do somatório de todas as Notas de Reserva emitidas, inclusive com os valores cancelados, ou seja, valor reservado bruto.
Vl_CongeladoLiquido	Resultado líquido do somatório dos congelamentos reduzido dos descongelamentos, ou seja, o valor congelado atual.
Vl_Cancelado	Valor parcial ou total de Nota de Reserva cancelado
Vl_ReservadoLiquido	Somatório de todas as Notas de Reserva emitidas, líquido dos valores cancelados.
Vl_Empenhado	Valor do somatório de todas as Notas de Empenho emitidas, inclusive com os valores anulados, ou seja, valor empenhado bruto.
Vl_Anulado	Valor parcial ou total de Nota de Empenho anulado.
Vl_EmpenhadoLiquido	Somatório de todas as Notas de Empenho emitidas, líquido dos valores anulados.
Vl_Liquidado	Somatório de todas as Notas de Liquidação e Pagamento emitidas.
Vl_Pago	Somatório de todos pagamento realizados.

### VITÓRIA

Link do dataset: <https://transparencia.vitoria.es.gov.br/DadosAbertos.Lista.aspx>

Metadado	Descrição
Numero	Código da Natureza da Receita. Código hierárquico, onde o superior é a soma dos itens inferiores.
Nome	Descrição da Natureza da Receita.
Exercicio	Exercício Filtrado.
ValorPrevisto	Valor de Previsão da Natureza.
ValorLancado	Valor de Lançamento da Natureza.
ValorRealizado	Valor Executado da Natureza.

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

## CONCLUSÃO

A limitação do presente trabalho tem relação à quantidade de entes federativos analisados que se comparado com trabalhos relacionados possui um tamanho de amostra menor, uma escolha adotada pela quantidade de avaliadores e o tempo disposto não ter possibilitado uma maior quantidade amostral. O grau de conformidade legal dos dados de execução orçamentários encontrados durante a pesquisa realizada nas capitais brasileiras se demonstrou baixo de acordo com os critérios definidos. A disponibilização de dados de forma aberta e transparente possui relação direta com a construção de tecnologias cívicas e o maior envolvimento da população no controle social e na prestação de contas. Informações cruciais para análise orçamentária, como a descrição dos gastos, não são normalmente disponibilizadas nos portais de transparência. Informações detalhadas de despesas e receitas muitas vezes são difíceis de serem encontradas e filtradas nessas plataformas.

Desta forma é nítido que a falta de cumprimento do que é disposto na legislação para prestação de contas encontrados nos portais de transparência das capitais se traduz em falta de informação tanto para a população que deveria ter acesso aos dados de uma maneira que priorizasse o controle social quanto para os indivíduos que junto do poder público tentam desenvolver as chamadas tecnologias cívicas. Portanto é importante que depois desta análise dos dados sejam desenvolvidos trabalhos futuros envolvendo temas que possam garantir o maior acesso à informação aberta para a população, como a construção de uma cartilha de boas práticas de publicação de gastos públicos para o uso em tecnologias cívicas, a construção de um guia de padronização nos metadados de gastos públicos e a criação de uma plataforma de unificação de gastos públicos de todos os municípios brasileiros de acordo com os padrões definidos nos metadados. Logo a discussão do trabalho ultrapassa o resultado encontrado de baixa grau de conformidade legal dos dados nos portais analisados, mas passa a destacar a discussão sobre acessibilidade de informações disponibilizadas em plataformas governamentais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Skaržauskiene, A.; Mačiulienė, M. (2020). **Mapping International Civic Technologies Platforms**. *Informatics*, 7, 46; DOI:10.3390/informatics7040046.

Amorim, I. T.; Craveiro, G.; Machado, J. (2019). **Monitoramento participativo e accountability governamental: o estudo de caso do “Cuidando de Meu Bairro”**. *Confins*, 25 mar. 2019. Recuperado em 25 de março, 2022, de <http://journals.openedition.org/confins/18367>

BRASIL. Congresso Nacional(2000). Lei Complementar nº 101, 4 maio de 2000. **LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal**, Brasília, 24p., maio 2000a. Recuperado em 25 de março, 2022, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm#art73b](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm#art73b)

Brito, K.S.; Silva Costa, M.A.; Garcia, V. e Meira, R.L.S.. (2014). **Experiences Integrating Heterogeneous Government Open Data Sources to Deliver Services and Promote Transparency in Brazil**. *Computer Software and Applications Conference (COMPSAC)*. IEEE 38th Annual, 2014. p. 606, 607, 21-25.

Sala, A., Lin, C. e Ho, H.. (2010). **“Midas for government: Integration of government spending data on Hadoop”**. In *Proc. of the Int. WS on New Trends in Information Integration (NTII)*.

**Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. (2011). Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de

janeiro de 1991; e dá outras providências. Recuperado em 09 de abril, 2022, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112527.htm)

Ministério Público Federal. (2016). **Ranking Nacional da Transparência**. Recuperado em 20 de outubro, 2022, de <http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking>

Controladoria-Geral da União. (2020). **Mapa Brasil Transparente**. Recuperado em 20 de outubro, 2022, de <https://mbt.cgu.gov.br/publico/home>

Controladoria-Geral da União. (2013). **Guia de Implantação de Portal de Transparência**. Recuperado em 03 de junho, 2022, de [https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/transparencia-publica/brasil-transparente/arquivos/guia\\_portaltransparencia.pdf](https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/transparencia-publica/brasil-transparente/arquivos/guia_portaltransparencia.pdf)



**Ana Paula Souza Leal**

[ana.paula.leal@usp.br](mailto:ana.paula.leal@usp.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5866-7922>

Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP)

Graduanda em Gestão de Políticas Públicas pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), é assessora parlamentar.



**Bruno de Sousa Almeida**

[bruno.sousa.almeida@usp.br](mailto:bruno.sousa.almeida@usp.br)

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-6668-4374>

Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP)

Graduando em Sistemas de Informação pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP).



**Jéssica da Paixão Melo**

[jessmelo@usp.br](mailto:jessmelo@usp.br)

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4361-4311>

Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP)

Graduanda em Sistemas de Informação pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP).



**Leonardo Sato de Souza**

[lsato@usp.br](mailto:lsato@usp.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1380-3510>

Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP)

Graduando em Sistemas de Informação pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP).



**Mateus Santos Saldanha**

[mateusaldanha@usp.br](mailto:mateusaldanha@usp.br)

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-1447-6472>

Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP)

Graduando em Sistemas de Informação pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), é estagiário em Otimização e Performance em Dados na Raízen.



**Paula Scaravatti**

[paulascaravatti@usp.br](mailto:paulascaravatti@usp.br)

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-8405-0210>

Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP)

Graduanda em Gestão de Políticas Públicas pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP).



**Vanessa Alves do Nascimento**

[vanessa\\_nascimento@usp.br](mailto:vanessa_nascimento@usp.br)

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-5608-5527>

Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP)

Graduanda em Sistemas de Informação pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP).